



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL**

PETIÇÃO INICIAL AJCONST/PGR Nº 1340698/2023

A **PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA**, com fundamento nos arts. 102, I, “a” e “p”, e § 1º; 103, VI, e 129, IV, da Constituição Federal de 1988; no art. 6º, III, da Lei Complementar 75, de 20.5.1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União); e na Lei 9.882, de 3.12.1999, vem propor

**ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL
COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR**

contra a conduta do Estado/Poder Público no combate à violência contra a mulher, em especial a prática de tolerar e validar, em processos apuratórios e de julgamento de crimes contra a dignidade sexual, questionamentos sobre a vida sexual pregressa e o modo de viver da vítima.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

A tese que se busca ver reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal atinge objetivamente homens e mulheres, ambos vítimas potenciais do crime de estupro. Ninguém, na condição de vítima, há de enfrentar questionamentos dessa natureza, com aptidão para interferir no resultado do julgamento da causa.

Sendo incontroverso, porém, que são as mulheres as principais vítimas tanto do crime de estupro como da prática inconstitucional, em conhecido processo de revitimização e nova agressão no julgamento respectivo – seja pela atuação da defesa do acusado, seja em razão da tolerância da máquina estatal (ou ambos) –, a abordagem será feita sob a perspectiva do gênero feminino.

A compreensão de que existe um viés de gênero no julgamento de crimes dessa natureza, muitas vezes inconsciente, é relevante como parte da solução do problema.

I. OBJETO DA ARGUIÇÃO

A ação visa a questionar e ver enfrentada pela Suprema Corte, de forma ampla, geral e imediata, situação de:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

- (i) omissão inconstitucional, verificada em um *deixar de fazer* ou *fazer de modo ineficaz e insuficiente* do poder público, considerado o seu dever de proteção da mulher contra toda forma de violência, quando permite que mulheres vítimas de estupro sejam questionadas e tenham expostas sua vivência sexual pregressa no julgamento do crime; e
- (ii) de prática (comissiva) inconstitucional, quando, nesse caso, o aparato jurisdicional admite como válido ou reproduz, mesmo veladamente, discurso de culpabilização da vítima de crime de estupro.

O intento é obter pronunciamento do Supremo Tribunal Federal que vede expressamente tanto a prática de desqualificação da vítima, em geral promovida pela defesa do acusado do crime, como a consideração ou a ratificação judiciais de alegações nesse sentido, que direcionem o julgamento respectivo para a absolvição do acusado ou, de algum modo, o beneficiem na aplicação da pena.

Será demonstrado que a atuação (comissiva e omissiva) do poder público viola frontalmente os princípios constitucionais da dignidade humana, da dignidade e liberdade sexual, da igualdade de gênero, do devido processo legal e os objetivos contidos no art. 3º da Constituição, em especial o de “*construir uma sociedade livre, justa e solidária*” e o de “*promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

discriminação”; bem como desrespeita tratados e convenções internacionais de proteção e defesa dos direitos das mulheres.

O aparato nacional e internacional de proteção da mulher ampara e fundamenta a arguição de modo robusto, como se verá. Especificamente sobre o processamento de crimes contra a dignidade sexual, considere-se que houve inserção recente no Código de Processo Penal do art. 400-A, pela Lei 14.245/2021, no capítulo que trata da instrução criminal, dispondo o seguinte:

Art. 400-A. Na audiência de instrução e julgamento, e, em especial, nas que apurem crimes contra a dignidade sexual, todas as partes e demais sujeitos processuais presentes no ato deverão zelar pela integridade física e psicológica da vítima, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa, cabendo ao juiz garantir o cumprimento do disposto neste artigo, vedadas:
I - a manifestação sobre circunstâncias ou elementos alheios aos fatos objeto de apuração nos autos;
II - a utilização de linguagem, de informações ou de material que ofendam a dignidade da vítima ou de testemunhas.

A alteração legislativa foi motivada pela repercussão do julgamento de crime de estupro ocorrido no Estado de Santa Catarina, em que a vítima teve o seu modo de vida escrutinado em audiência de instrução e julgamento pelo advogado de defesa do acusado, com a presença do juiz e de representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública, sem que nada fosse feito para impedi-lo.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

A nova norma reforça o **dever das partes e de todos os sujeitos processuais presentes de zelo pela integridade física e psicológica da vítima, e do juiz de garantir que seja cumprido**. A premissa evidente é, ou há de ser, a de que a vida sexual e os hábitos da vítima estão inseridos na concepção de *“elementos alheios aos fatos objeto de apuração”*, sendo vedada a só menção a eles durante a audiência, como prevê o inciso I do dispositivo.

Propõe-se, então, como parte da solução jurídica para sanar a prática/omissão inconstitucional, que a norma processual penal seja interpretada nesse exato sentido, estabelecendo-se expressamente: (i) que é vedado às partes e a seus advogados **fazerem menção à vida sexual progressa ou modo de vida da vítima** em audiência de instrução e julgamento de crimes contra a dignidade sexual, declarando-os como inseridos na expressão *“elementos alheios aos fatos objeto de apuração”* nesse tipo de crime; (ii) que o órgão jurisdicional responsável pela condução do processo está obrigado a coibir com veemência essa prática inconstitucional, não só mediante a representação do agressor (qualquer dos sujeitos processuais) aos órgãos com atribuição para a sua responsabilização, penal e administrativa, sob pena de ele próprio ser responsabilizado nas esferas adequadas por descumprimento do dever legal, como também por meio da completa desconsideração dessas alegações, sob pena de nulidade da decisão.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

A ação abarca também o art. 59 do Código Penal, que dispõe:

*Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e conseqüências do crime, **bem como ao comportamento da vítima**, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime:*

I - as penas aplicáveis dentre as cominadas;

II - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos;

III - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade;

IV - a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível.

A expressão “bem como ao comportamento da vítima” há de ser interpretada no sentido acima sugerido, excluindo-se a possibilidade de que o magistrado, na fixação da pena em crimes sexuais, faça valoração da vida sexual pregressa da vítima.

II. CABIMENTO DA ARGUIÇÃO

A arguição de descumprimento de preceito fundamental é medida judicial cabível “para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do poder público” (art. 1º da Lei 9.882/1999). Regida pelo princípio da subsidiariedade, será admitida, preenchidos os demais requisitos, quando não houver outro meio eficaz de sanar a lesividade arguida (art. 4º, § 1º, da Lei 9.882/1999).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Na situação exposta, é incontroversa a lesão ou potencial lesão a preceitos fundamentais como o da dignidade humana, da igualdade de gênero e do devido processo legal, como se demonstrará, causados por ato do poder público, e a inexistência de outro meio que, com a mesma eficácia, seja apto a sanar a lesividade, de forma ampla, geral e imediata.

Como visto, o objeto da arguição é a prática de desqualificação da mulher vítima em audiências de instrução e julgamento de crimes contra a dignidade sexual, mediante a exposição de fatores que não tem relação com a violência sofrida – sua vida pregressa, sua conduta social e sexual, seus hábitos ou vestimentas –, bem como a omissão do poder público em seu dever de proteção da mulher no âmbito do processo criminal.

É a prática inconstitucional, representada por casos que ficaram amplamente conhecidos (mas não restrita a estes), que se quer ver invalidada, declarando-se a omissão e a obrigação dos órgãos que conduzem o processo criminal de prontamente coibi-la e de responsabilizar aquele que impõe violência psicológica à vítima no curso do processo. **Estes representam o ato do poder público passível de impugnação pela via da ADPF.**

Pede-se também, em reforço à tese sugerida, que seja conferida interpretação conforme à Constituição a dispositivos do CPP e do CP. O



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

objeto da ação não se restringe, porém, à invalidação de interpretação específica de lei, daí não ser possível o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade – que seria cognoscível exclusivamente em relação a esse pedido de interpretação conforme.

Também não se vê como meio de impugnação viável a utilização da via difusa de controle de constitucionalidade, porque a demanda envolve complexidades que não são impugnáveis mediante recurso processual.

Na ADPF 388, embora tratando de tema absolutamente distinto, a Corte chegou à conclusão semelhante quanto ao cabimento da arguição, ali proposta com o objetivo de vedar o exercício de cargos eletivos por membros do Ministério Público, a partir da indicação de atos/situações de natureza diversa (nomeação de pessoa específica para o exercício de determinado cargo, norma do CNMP e *prática* que seria incompatível com a Constituição). Disse o Relator, Ministro Gilmar Mendes, em seu voto:

Com isso, houve a institucionalização da prática contestada na presente ação, mesmo sem uma resolução que a autorizasse de forma clara.

Ou seja, o ponto central não está na edição de norma incompatível com a Constituição, mas na institucionalização de uma prática contrária à Constituição.

Em verdade, no presente caso, a ação não mira apenas uma norma objetiva. Ataca também o ato da Presidente da República que nomeou



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

o Ministro de Estado da Justiça e, em geral, atos semelhantes em todas as esferas da Administração Pública.

O que está em jogo é a interpretação a ser dada à vedação constante do art. 128, § 5º, II, "d", da Constituição Federal. Essa norma deve ser aplicada, independentemente de regulamentação. (...)

A dificuldade em utilizar eficazmente os meios difusos de controle de constitucionalidade também se reflete na hipótese presente.

O tipo de nomeação aqui debatida não afeta diretamente direito subjetivo, sendo restritas as possibilidades de impugnação em ações individuais.

No caso específico da nomeação de Procurador de Justiça do Estado da Bahia para o cargo de Ministro da Justiça, foi proposta a Ação Popular 0013178-74.2016.4.01.3400, buscando a desconstituição do ato.

Muito embora a ação popular de fato pareça uma via processual adequada a atacar as nomeações, seu cabimento não prejudica o uso da ADPF, por se tratar de ação voltada aos casos concretos, conforme já explanado.

*O mais relevante, no entanto, é que a questão não se esgota em um episódio de nomeação de Ministro da Justiça. **Como mencionado, há uma prática institucionalizada a ser apreciada**¹.*

Também na ADPF 991 a Corte decidiu nesse sentido, em demanda direcionada a sanar falhas e omissões do poder público quanto à proteção dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato. Consta do voto do Ministro Relator:

1 ADPF 388, Tribunal Pleno, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 1º.8.2016, p. 18 e seguintes do acórdão.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Entendo, com a devida vênia, que está atendido na presente ação o princípio da subsidiariedade, haja vista que não se impugna a constitucionalidade de lei ou ato normativo a atrair a propositura da ação direta de inconstitucionalidade ou declaratória de constitucionalidade. Tampouco, subjaz discussão acerca da omissão do dever de legislar a provocar a jurisdição constitucional. Em verdade, aponta-se uma situação limite em que as normas existentes e as eventuais providências administrativas não se mostram adequadas, suficientes e eficazes à proteção do direito fundamental à existência dos povos indígenas que voluntariamente mantém-se em isolamento ou com contato intermitente com a sociedade envolvente, bem como à adequada proteção de seus territórios².

Estão preenchidos, assim, os requisitos para a propositura de ADPF.

Caso, porém, se entenda de outro modo, pede-se desde já o recebimento desta ADPF como ADI, com base no princípio da fungibilidade e em homenagem à economia e à celeridade processuais.

III. APARATO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DA MULHER: DIREITO À DIGNIDADE HUMANA, À DIGNIDADE SEXUAL, À IGUALDADE E AO DEVIDO PROCESSO LEGAL LIVRE DE PRECONCEITOS DE GÊNERO

² ADPF 991-MC-Ref, Tribunal Pleno, Rel. Min. Edson Fachin, DJe de 2.10.2023, p. 23 do acórdão.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

A Constituição Federal estabeleceu como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil a **dignidade humana**, princípio que há de permear as relações interpessoais, sociais e laborais. No art. 3º, estão relacionados os objetivos fundamentais da República, entre eles o de *“construir uma sociedade livre, justa e solidária”* e o de *“promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”* (I e IV).

Na esfera nacional, essas normas são a origem de (e sustentam) toda e qualquer normativa que vise a eliminar discriminações e preconceitos.

Fazendo o recorte em relação ao gênero, que serve à análise aqui proposta, de tais preceitos decorrem as normas constitucionais que conferem às mulheres igualdade de direitos e obrigações (art. 5º, *caput* e I) e lhes reservam uma série de garantias, como, entre outras, a de não sofrer tratamento desigual injustificado nas relações laborais (art. 7º, XXX), os direitos de usucapião urbana e de obtenção de domínio e de concessão de uso de imóveis rurais destinados a reforma agrária, em igualdade de condições com as demais pessoas e independentemente do estado civil (arts. 183, § 1º, e 189, parágrafo único), e igualdade de direitos e deveres na constância da sociedade conjugal (art. 226, § 5º).



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

No âmbito internacional, já em 1967 foi proclamada a *“Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres”*. A partir da consideração de que *“a discriminação contra as mulheres é incompatível com a dignidade humana”* e do reconhecimento de que, *“apesar da Carta das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dos Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos e de outros instrumentos das Nações Unidas, e apesar do progresso alcançado no domínio da igualdade de direitos, [continua] a existir uma considerável discriminação contra as mulheres”*, o ato estatuiu uma série de obrigações aos seus destinatários, em campos em que verificada situação de desigualdade e discriminação. De maneira mais geral, estabeleceu:

Artigo 2º

Serão adotadas todas as medidas apropriadas a fim de abolir as leis, os costumes, os regulamentos e as práticas existentes que sejam discriminatórios em relação às mulheres, e de assegurar a adequada proteção jurídica da igualdade de direitos dos homens e das mulheres, em particular:

- a) O princípio da igualdade de direitos deverá ser inscrito na constituição ou garantido por lei de qualquer outra forma;*
- b) Os instrumentos internacionais das Nações Unidas e agências especializadas relativos à eliminação da discriminação contra as mulheres deverão ser ratificados ou objeto de adesão logo que possível.*

Artigo 3º

Serão adotadas todas as medidas adequadas a fim de educar a opinião pública e dirigir as aspirações nacionais no sentido da erradicação dos preconceitos e abolição dos costumes e de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

todas as outras práticas que se baseiem na ideia de inferioridade das mulheres.

No enalço do ato, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1979 e internalizada no direito brasileiro por intermédio do Decreto 4.377, de 13.9.2002, dedicou-se a estabelecer “*medidas necessárias a fim de suprimir essa discriminação em todas as suas formas e manifestações*”.

Em seus “*consideranda*”, reconheceu que “*para alcançar a plena igualdade entre o homem e a mulher é necessário modificar o papel tradicional tanto do homem, como da mulher na sociedade e na família*”. Vai nessa linha a previsão do art. 2º da Convenção, ao estabelecer:

Artigo 2º. Os Estados-partes condenam a discriminação contra a mulher em todas as suas formas, concordam em seguir, por todos os meios apropriados e sem dilações, uma política destinada a eliminar a discriminação contra a mulher, e com tal objetivo se comprometem a:

- a) consagrar, se ainda não o tiverem feito, em suas Constituições nacionais ou em outra legislação apropriada, o princípio da igualdade do homem e da mulher e assegurar por lei outros meios apropriados à realização prática desse princípio;*
- b) adotar medidas adequadas, legislativas e de outro caráter, com as sanções cabíveis e que proíbam toda discriminação contra a mulher;*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

- c) estabelecer a proteção jurídica dos direitos da mulher em uma base de igualdade com os do homem e garantir, por meio dos tribunais nacionais competentes e de outras instituições públicas, a proteção efetiva da mulher contra todo ato de discriminação;*
- d) abster-se de incorrer em todo ato ou prática de discriminação contra a mulher e zelar para que as autoridades e instituições públicas atuem em conformidade com esta obrigação;*
- e) tomar as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher praticada por qualquer pessoa, organização ou empresa;*
- f) adotar todas as medidas adequadas, inclusive de caráter legislativo, para modificar ou derrogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminação contra a mulher;*
- g) derrogar todas as disposições penais nacionais que constituam discriminação contra a mulher.*

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), internalizada por meio do Decreto 1.973, de 1º.8.1996, previu uma ampla gama de direitos com simultânea imposição de deveres ao Estado. Definiu-se ali:

Artigo 1

Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.

Artigo 2

Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica:

a. (...)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

b. (...)

c. perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

(...)

Artigo 6

O direito de toda mulher a ser livre de violência abrange, entre outros:

a) o direito da mulher a ser livre de todas as formas de discriminação; e

b) o direito da mulher a ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação.

Artigo 7

Os Estados Partes condenam todas as formas de violência contra a mulher e convêm em adotar, por todos os meios apropriados e sem demora, políticas destinadas a prevenir, punir e erradicar tal violência e a empenhar-se em:

a) abster-se de qualquer ato ou prática de violência contra a mulher e velar por que as autoridades, seus funcionários e pessoal, bem como agentes e instituições públicos ajam de conformidade com essa obrigação;

b) agir com o devido zelo para prevenir, investigar e punir a violência contra a mulher;

c) incorporar na sua legislação interna normas penais, civis, administrativas e de outra natureza, que sejam necessárias para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, bem como adotar as medidas administrativas adequadas que forem aplicáveis;

d) adotar medidas jurídicas que exijam do agressor que se abstenha de perseguir, intimidar e ameaçar a mulher ou de fazer uso de qualquer método que danifique ou ponha em perigo sua vida ou integridade ou danifique sua propriedade;

e) tomar todas as medidas adequadas, inclusive legislativas, para modificar ou abolir leis e regulamentos vigentes ou



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

modificar práticas jurídicas ou consuetudinárias que respaldem a persistência e a tolerância da violência contra a mulher; (...)

h) adotar as medidas legislativas ou de outra natureza necessárias à vigência desta Convenção.

Artigo 8

Os Estados Partes convêm em adotar, progressivamente, medidas específicas, inclusive programas destinados a:

a) promover o conhecimento e a observância do direito da mulher a uma vida livre de violência e o direito da mulher a que se respeitem e protejam seus direitos humanos;

b) modificar os padrões sociais e culturais de conduta de homens e mulheres, inclusive a formulação de programas formais e não formais adequados a todos os níveis do processo educacional, a fim de combater preconceitos e costumes e todas as outras práticas baseadas na premissa da inferioridade ou superioridade de qualquer dos gêneros ou nos papéis estereotipados para o homem e a mulher, que legitimem ou exacerbem a violência contra a mulher;

e) promover a educação e treinamento de todo pessoal judiciário e policial e demais funcionários responsáveis pela aplicação da lei, bem como do pessoal encarregado da implementação de políticas de prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher; (...)

e) promover e apoiar programas de educação governamentais e privados, destinados a conscientizar o público para os problemas da violência contra a mulher, recursos jurídicos e reparação relacionados com essa violência; (...)

Como se vê, como decorrência do princípio da não-discriminação de gênero, criou-se e consolidou-se **rede forte de proteção da mulher contra toda forma de violência**, com a previsão tanto de direitos e



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

garantias específicos, como de deveres do poder público e mecanismos direcionados a eliminá-la.

Esse é patamar de proteção da mulher de que não se pode retroceder. É resultado de transformações sociais profundas, decorrentes de processo longo de luta pelo reconhecimento de direitos que, formalmente validados, seguem buscando espaço e aplicação no campo material.

Como lembra André de Carvalho Ramos, referindo-se aos direitos humanos, tem aplicação entre nós a proibição do retrocesso, *“princípio do não retorno da concretização ou princípio da proibição da evolução reacionária, que consiste na vedação da eliminação da concretização já alcançada na proteção de algum direito, admitindo-se somente aprimoramentos e acréscimos”*. Retrocesso que, segundo alerta, pode caracterizar-se tanto pela supressão normativa como pelo *“amesquinamento ou diminuição de suas prestações à coletividade”*³.

IV. DEVER DO ESTADO: POSTURA ATIVA

Estabelecida e consolidada rede de proteção à mulher, é preciso dar-lhe eficácia, sob pena de tornar inócua a normatização vigente e incorrer em nova violação constitucional, dessa vez do dever do Estado nesse campo,

3 RAMOS, André de Carvalho. *Curso de Direitos Humanos*. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019, p. 102-103.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

com risco de recorrentes condenações do Estado brasileiro nas instâncias internacionais.

O ordenamento jurídico nacional e internacional exige **postura ativa** do Estado, que garanta com real efetividade a proteção da mulher, tanto para evitar que sofra nova violência, decorrente da exposição com intuito vexatório, como para invalidar os efeitos da prática no resultado do julgamento do crime.

Na esfera internacional, os casos que trataram de crimes de violência contra a mulher e as respectivas condenações do Brasil e de outros países tiveram como motivação uma declarada **tolerância do Estado à prática de crimes dessa natureza**, representada pela adoção de viés discriminatório e morosidade excessiva das apurações e processos respectivos e respostas insuficientes e ineficazes.

Uma das recomendações da Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso *Maria da Penha vs. Brasil*, foi *“prosseguir e intensificar o processo de reforma que evite a tolerância estatal e o tratamento discriminatório com respeito à violência doméstica contra mulheres no Brasil”*. A Corte orientou o Estado a promover *“medidas de capacitação e sensibilização dos funcionários*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

judiciais e policiais especializados para que compreendam a importância de não tolerar a violência doméstica”.

No caso González e outros (“Campo Algodoeiro”) vs. México, que tratou da morte violenta de oito mulheres cujos corpos foram encontrados em campo de algodão na cidade de Juárez/México, falou-se do processo de descredibilização e culpabilização das vítimas por autoridades estatais, demonstrando-se contexto que favorecia a violência de gênero, e houve a responsabilização do Estado pela *falta de mecanismos eficazes para coibir, investigar e punir as violações dos direitos humanos das mulheres em seu território*. As determinações da Corte direcionaram-se ao enfrentamento desse tipo de violência pelo Estado numa perspectiva mais geral, não limitadas à reparação dos familiares.

É paradigmático também o caso Márcia Barbosa de Souza e outros vs. Brasil, instaurado a partir da denúncia de violação de direitos humanos no julgamento de deputado estadual acusado de matá-la, após envolvimento amoroso entre os dois. O Brasil foi responsabilizado por afronta a uma série de direitos previstos na Convenção de Belém do Pará, em decisão da Corte de 7.9.2021. Ali reconheceu-se a presença forte de esteriótipos de gênero na apuração e no julgamento do caso, com influência em seu resultado. É parte da sentença:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

146. No caso sub judice, a Corte verifica que existiu uma intenção de desvalorizar a vítima por meio da neutralização de valores. Com efeito, durante toda a investigação e o processo penal, o comportamento e a sexualidade de Márcia Barbosa passaram a ser um tema de atenção especial, provocando a construção de uma imagem de Márcia como geradora ou merecedora do ocorrido, e desviando o foco das investigações através de estereótipos relacionados com aspectos da vida pessoal de Márcia Barbosa, que por sua vez foram utilizados como fatos relevantes para o próprio processo. O fato de que era uma mulher representou um fator facilitador de que “o significado do ocorrido se construa com base em estereótipos culturais gerais, ao invés de concentrar-se no contexto do ocorrido e nos resultados objetivos apresentados pela investigação”.

147. Com efeito, nas diversas declarações testemunhais tomadas no curso da investigação policial e no processo penal, nota-se a reiteração de perguntas sobre a sexualidade de Márcia Barbosa. (...)

148. De acordo com a perita Soraia Mendes, a repetição de provas testemunhais buscou construir uma imagem de Márcia Babosa para gerar dúvidas a respeito da responsabilidade penal do então deputado por seu homicídio. A perita Mendes enfatizou que as testemunhas não apenas foram inquiridas sobre os fatos, mas também sobre a conduta social, a personalidade e a sexualidade de Márcia Barbosa, o que indicaria uma “investigação sobre a vítima, seu comportamento, sua reputação. Algo que toma as páginas dos jornais e se projeta para os autos do processo judicial com ainda mais força”.

149. Outrossim, durante a tramitação do processo penal contra Aécio Pereira de Lima perante o Tribunal do Júri, o advogado de defesa solicitou a incorporação aos autos do processo de mais de 150 páginas de artigos de jornais que se referiam à prostituição, overdose e suposto suicídio (par. 71 supra), para vinculá-los a Márcia Barbosa com a intenção de afetar sua imagem. Adicionalmente, o defensor realizou diversas menções no curso do processo sobre a orientação sexual da vítima, um suposto vício de drogas, comportamentos



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

suicidas e depressão. Igualmente, descreveu a Márcia como uma “prostituta” e a Aécio como “o pai de família” que “se deixou levar pelos encantos de uma jovem” e que, em um momento de raiva, teria “cometido um erro”⁴.

O Estado foi responsabilizado, nesse ponto, por não “garantir o direito de acesso à justiça sem discriminação, assim como o direito à igualdade”.

As considerações e determinações da Corte IDH, nestes e em outros casos, conduzem à urgência não só em se pensar, como em implementar medidas efetivas de enfrentamento da violência de gênero, mirando em sua erradicação.

Crimes de violência sexual têm efeitos físicos e psicológicos devastadores sobre as mulheres. Muitas das vítimas sentem-se envergonhadas e culpadas pela violência sofrida e se calam.

Estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que toma como referência o ano de 2019 e parte de análise conjunta da Pesquisa Nacional de Saúde do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNS/IBGE) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde, concluiu “que o limite inferior do número de estupros no país

4 chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_435_por.pdf. Acesso em 12.12.2023.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

se situaria num patamar de 822 mil casos por ano, o que corresponderia à ocorrência de quase dois casos por minuto no Brasil”, estimando-se que apenas 8,5% desses crimes são identificados pela polícia e 4,2% pelos sistemas de informação da saúde.

Tolerar a prática aqui combatida favorece esse cenário, e tem impacto direto e imediato sobre denúncias futuras.

Na esfera do processo criminal, em cumprimento aos deveres estabelecidos pela normativa nacional e internacional, **incumbe aos poderes públicos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios garantir às mulheres, com seriedade, espaço seguro e livre de discriminações no processamento e julgamento de crimes contra a dignidade sexual, eliminando barreira adicional à denúncia de criminosos.**

**V. DEFICIÊNCIA NA APLICAÇÃO DO APARATO DE PROTEÇÃO:
INCONSTITUCIONALIDADES POR AÇÃO E POR OMISSÃO**

A situação que é objeto desta ADPF é demonstração evidente da incompatibilidade entre os direitos positivados e a sua aplicação e garantia efetivas no campo prático.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

A violência de gênero está escancarada no noticiário, repleto de relatos sobre crimes de violência sexual e no modo de condução dos processos respectivos. O discurso de desqualificação da vítima, mediante a análise e a exposição de sua conduta e hábitos de vida, parte da concepção odiosa de que haveria uma vítima *modelo* de crimes sexuais, como se se pudesse distinguir as mulheres que mereçam ou não a proteção penal pela violência anteriormente sofrida. Veladamente, revigora-se a figura da “mulher honesta” há muito afastada do direito penal, mas que outrora era elemento subjetivo do tipo penal de estupro para avaliar a conduta do agressor⁵.

No aludido caso de Santa Catarina, que repercutiu nacionalmente, o advogado de defesa do acusado, em tom intimidatório e com nítido propósito de descredibilizar a denúncia, mostrou fotos da vítima que considerou ‘inadequadas’ – em “posições ginecológicas”, como disse –, sem nenhuma relação com o fato, dizendo que o processo era “showzinho” da vítima, que mentia sobre ser virgem, enquanto esta pedia respeito, sem sucesso. O réu foi inocentado.

5 O Código Penal de 1830 previa elemento subjetivo no tipo penal de estupro: só ficava caracterizado quando praticado contra “mulher honesta”. Talvez daí decorra o costume de desqualificar a mulher para inocentar o criminoso, ainda hoje, quase duzentos anos após a previsão.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Em outro caso conhecido ocorrido no Distrito Federal, em que eram doze as mulheres denunciadas de estupro, perguntou-se a uma das vítimas – dessa vez inquiria o magistrado – *“se ela dormia nua, de pijama ou de calcinha”*.

Com suas conclusões amplamente divulgadas pela imprensa em 2014, tem-se também o emblemático caso julgado pela Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça que, ao reformar decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, condenou um acusado de atentado violento ao pudor após rechaçar o etiquetamento da vítima pelos julgadores locais, reputada como sendo *“uma adolescente desvencilhada de preconceitos, muito segura e informada sobre os assuntos da sexualidade, pois ‘sabia o que fazia’”*, o que, a juízo dos magistrados estaduais, validaria a conduta do ofensor⁶.

Esses são alguns dos casos que foram noticiados, pela notoriedade das vítimas ou dos acusados. Outros milhares são julgados sem alarde, ocultando um tratamento discriminatório secular.

Episódios como esses não acontecem sem razão. **A narrativa de desqualificação da vítima é recorrente porque encontra espaço para tanto, em ambiente que precisaria ser garantidamente seguro, porque mediado pelo poder público.**

6 Notícia divulgada pelo sítio eletrônico do Superior Tribunal de Justiça, em 26.8.2014. Processo corre em segredo judicial. Acesso em 12.12.2023.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Para além das dificuldades já ordinariamente enfrentadas no julgamento de crimes dessa natureza, relacionadas à comprovação dos fatos – por ser crime praticado na intimidade, na maioria das vezes sem a presença de ninguém mais além da vítima e de seu agressor – e à gradação do que seria consentimento, desconsiderando-se muitas vezes o relato da vítima, não é usual a repreensão a comportamentos como esses, de desqualificação da mulher violentada.

Contrariamente, esteriótipos de gênero direcionam a atuação investigativa e jurisdicional. Em ambiente que haveria de ser de acolhimento, a mulher vítima de violência passa a ser, ela própria, julgada em sua moral e modo de vida, na tentativa da defesa de justificar a conduta do agressor, e sem a reprimenda proporcional pelo Estado.

Sob outro aspecto, considere-se que o estupro é crime contra a dignidade sexual, que é o bem jurídico tutelado pela lei penal. A vitimização secundária durante o processo e o julgamento do caso, com questionamentos sobre a vida sexual pregressa e o modo de viver da vítima, deixa a descoberto, ademais, o mesmo bem jurídico que a norma visa a proteger. Todos têm liberdade sexual garantida pela Constituição e o exercício dessa liberdade insere-se na esfera privada e íntima de cada um. A sua exposição



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

ou sujeição a escrutínio por terceiros é forma velada de mitigação dessa liberdade.

Validar essa prática representa retroceder a período em que o direito à liberdade sexual não existia ou era relativizado, favorecendo a impunidade do criminoso e, em consequência, a própria prática do crime.

Como efeito perverso, antes exposto, as vítimas deixam de denunciar, por medo da exposição e de não se fazerem acreditar. Medo provocado, rotineiramente, pelo aparato que haveria de proteger a sua dignidade e punir o agressor. O ciclo da cultura do estupro – de banalização da violência sexual – perpetua-se, em detrimento das vítimas e em benefício do criminoso. Certamente não é o sistema almejado pela sociedade.

O direito de defesa, fundamental num país democrático, não pode ser utilizado para reforçar estereótipos que levam à banalização do crime de estupro praticado contra a mulher. Na apreciação das imputações penais relacionadas a violência sexual contra a mulher, o consentimento da vítima é o único elemento a ser averiguado; considerações sobre o comportamento da vítima partem de conduta enviesada e discriminatória e devem ser prontamente contidas e reprimidas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

A utilização de discurso não jurídico, sem ligação com a violência praticada pelo acusado, e com sério impacto sobre o psicológico e a dignidade da vítima, extrapola o direito de defesa, não sendo legitimado pelo ordenamento jurídico.

O contexto assemelha-se, em alguma medida, àquele considerado pelo Supremo Tribunal Federal quando da declaração de inconstitucionalidade da tese da “*legítima defesa da honra*” em crimes de feminicídio, na ADPF 779.

A arguição fora proposta com o objetivo de afastar interpretação de normas do Código Penal e do Código de Processo Penal que pudesse de algum modo beneficiar o agressor com a utilização da tese, bem como para compatibilizar o princípio da soberania dos veredictos do Tribunal do Júri, no julgamento de crimes dessa natureza, com os direitos fundamentais à vida e à dignidade e com a proibição constitucional de preconceitos e discriminações. O julgado foi assim ementado:

Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Interpretação conforme à Constituição. Artigo 23, inciso II, e art. 25, caput e parágrafo único, do Código Penal e art. 65 do Código de Processo Penal. “Legítima defesa da honra”. Não incidência de causa excludente de ilicitude. Recurso argumentativo dissonante da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, da CF), da proteção à



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

vida e da igualdade de gênero (art. 5º, caput, da CF). Procedência parcial da arguição.

1. A “legítima defesa da honra” é recurso argumentativo/retórico odioso, desumano e cruel utilizado pelas defesas de acusados de feminicídio ou agressões contra a mulher para imputar às vítimas a causa de suas próprias mortes ou lesões. Constitui-se em ranço, na retórica de alguns operadores do direito, de institucionalização da desigualdade entre homens e mulheres e de tolerância e naturalização da violência doméstica, as quais não têm guarida na Constituição de 1988.

2. Referido recurso viola a dignidade da pessoa humana e os direitos à vida e à igualdade entre homens e mulheres (art. 1º, inciso III, e art. 5º, caput e inciso I, da CF/88), pilares da ordem constitucional brasileira. A ofensa a esses direitos concretiza-se, sobretudo, no estímulo à perpetuação do feminicídio e da violência contra a mulher. O acolhimento da tese teria o potencial de estimular práticas violentas contra as mulheres ao exonerar seus perpetradores da devida sanção.

3. A “legítima defesa da honra” não pode ser invocada como argumento inerente à plenitude de defesa própria do tribunal do júri, a qual não pode constituir instrumento de salvaguarda de práticas ilícitas. Devem prevalecer a dignidade da pessoa humana, a vedação de todas as formas de discriminação, o direito à igualdade e o direito à vida, tendo em vista os riscos elevados e sistêmicos decorrentes da naturalização, da tolerância e do incentivo à cultura da violência doméstica e do feminicídio.

4. Na hipótese de a defesa lançar mão, direta ou indiretamente, da tese da “legítima defesa da honra” (ou de qualquer argumento que a ela induza), seja na fase pré-processual, na fase processual ou no julgamento perante o tribunal do júri, caracterizada estará a nulidade da prova, do ato processual ou, caso não obstada pelo presidente do júri, dos debates por ocasião da sessão do júri,



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

facultando-se ao titular da acusação apelar na forma do art. 593, inciso III, alínea a, do Código de Processo Penal.

5. É inaceitável, diante do sublime direito à vida e à dignidade da pessoa humana, que o acusado de feminicídio seja absolvido, na forma do art. 483, inciso III, § 2º, do Código de Processo Penal, com base na esdrúxula tese da “legítima defesa da honra”. Há de se exigir um controle mínimo do pronunciamento do tribunal do júri quando a decisão de absolvição se der por quesito genérico, de forma a avaliar, à luz dos atos processuais praticados em juízo, se a conclusão dos jurados se deu a partir de argumentação discriminatória, indigna, esdrúxula e inconstitucional referente ao uso da tese da legítima defesa da honra.

6. Arguição de descumprimento de preceito fundamental julgada parcialmente procedente para (i) firmar o entendimento de que a tese da legítima defesa da honra é inconstitucional, por contrariar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, da CF), da proteção da vida e da igualdade de gênero (art. 5º, caput, da CF); (ii) conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 23, inciso II, ao art. 25, caput e parágrafo único, do Código Penal e ao art. 65 do Código de Processo Penal, de modo a excluir a legítima defesa da honra do âmbito do instituto da legítima defesa; (iii) obstar à defesa, à acusação, à autoridade policial e ao juízo que utilizem, direta ou indiretamente, a tese de legítima defesa da honra (ou qualquer argumento que induza à tese) nas fases pré-processual ou processual penais, bem como durante o julgamento perante o tribunal do júri, sob pena de nulidade do ato e do julgamento; e (iv) diante da impossibilidade de o acusado beneficiar-se da própria torpeza, fica vedado o reconhecimento da nulidade referida no item anterior na hipótese de a defesa ter-se utilizado da tese da legítima defesa da honra com essa finalidade.

7. Procedência do pedido sucessivo apresentado pelo requerente, conferindo-se interpretação conforme à Constituição ao art. 483, inciso III, § 2º, do Código de Processo Penal, para entender que não fere a soberania dos veredictos do tribunal do júri o provimento de



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

apelação que anule a absolvição fundada em quesito genérico, quando, de algum modo, possa implicar a reprimenda da odiosa tese da legítima defesa da honra.

(ADPF 779, Tribunal Pleno, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe de 6.10.2023) – Grifos nossos.

Em crimes de violência sexual, falha o poder público em seu dever de coibir o abuso manifesto no exercício do direito de defesa, assim como falha em garantir a dignidade das vítimas dessa natureza de crimes, usualmente mulheres.

O Poder Judiciário exerce parte fundamental tanto na reprodução como na eliminação de estereótipos de gênero, em igual medida, e deve ser chamado a implementar, ativamente, a parcela que lhe cabe na proteção da mulher e de sua dignidade.

É imperativo, assim, que o Supremo Tribunal Federal reconheça a inconstitucionalidade da utilização (como argumento de defesa) e da consideração ou validação (como razão de decidir) de narrativa de desqualificação da vítima em crimes sexuais, bem como reforce o dever do poder público de coibir, na seara jurisdicional, comportamentos com esse propósito.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

VI. PEDIDOS CAUTELARES

Estão presentes os pressupostos para a concessão de medida cautelar. A plausibilidade jurídica do pedido (*fumus boni juris*) está demonstrada pelos argumentos deduzidos nesta petição inicial, que encontram amparo na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Perigo na demora processual (*periculum in mora*) decorre da circunstância de que a prática inconstitucional, por ação e omissão, conduz a reiterado tratamento discriminatório das mulheres vítimas de crimes sexuais e favorece o autor/acusado, em fortalecimento constante da cultura do estupro, com a normalização da violência sexual.

O requerimento de urgência dá-se em vista do prejuízo real e conhecido que advém da prática inconstitucional, para a vítima individualmente e para a sociedade como um todo, que perde quando grupo expressivo (majoritário) hesita em denunciar crime de natureza hedionda em razão da deficiência do Estado em seu dever de proteção, com séria ofensa à dignidade humana.

É necessário, portanto, que a postura inconstitucional seja rapidamente invalidada – e suspensa a interpretação de normas legais que



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

possibilitem a violência de gênero combatida –, em juízo liminar, na forma do art. 10 da Lei 9.868/1999.

Por conseguinte, além de sinal de bom direito, há premência em que essa Corte conceda medida cautelar, a fim de declarar, de imediato, a inconstitucionalidade da prática de desqualificação da mulher vítima de crime de estupro, vedando-se a sua promoção pela defesa do acusado do crime e a sua consideração ou ratificação pelo órgão julgador, e impelindo-se o poder público a reprimi-la com veemência.

VII. PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Em face do exposto, requer a PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA que o Supremo Tribunal Federal conceda medida cautelar para os fins expostos acima e nos termos do art. 10, § 3º, da Lei 9.868/1999.

Em seguida, pleiteia que se colham informações do Presidente da República e do Congresso Nacional e que se ouça a Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 103, § 3º, da Constituição Federal. Superadas essas fases, pede prazo para a manifestação da Procuradoria-Geral da República.

Ao final, postula que se julgue procedente o pedido, para (i) declarar a inconstitucionalidade da prática de desqualificar a mulher



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

vítima de violência sexual durante a instrução e o julgamento de crimes dessa natureza e, em consequência

(i.1) conferir interpretação conforme à Constituição à expressão “*elementos alheios aos fatos objeto de apuração*” contida no art. 400-A do CPP, assentando expressamente que é vedado às partes e a seus advogados fazerem menção à vida sexual pregressa ou ao modo de vida da vítima em audiência de instrução e julgamento de crimes contra a dignidade sexual, declarando-os como elementos inseridos na expressão referida, nesse tipo de crime;

(i.2) conferir interpretação conforme à Constituição à expressão “*bem como ao comportamento da vítima*” contida no art. 59 do CP, para excluir a possibilidade de que o magistrado, na fixação da pena em crimes sexuais, faça valoração da vida sexual pregressa da vítima.

(i.3) assentar que o órgão jurisdicional responsável pela condução do processo de julgamento de crimes sexuais está obrigado a coibir com veemência essa prática inconstitucional, não só mediante a representação do agressor (qualquer dos sujeitos processuais) aos órgãos com atribuição para a sua responsabilização, penal e administrativa – sob pena de responsabilização nas esferas adequadas por descumprimento do dever



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

legal –, como também por meio da completa desconsideração dessas alegações, sujeitando sua decisão à nulidade.

Brasília, data da assinatura digital.

Elizeta Maria de Paiva Ramos
Procuradora-Geral da República
Assinado digitalmente

STA